

AS FRONTEIRAS GUARANI NO PRATA (1536-1750)

SOUSA, Neimar Machado de¹
FERREIRA, Eva Maria Luiz²
AZAMBUJA, Fernando Augusto³

RESUMO: A pesquisa pretende aprofundar as investigações sobre a historicidade do território Guarani, no Mato Grosso do Sul, para além da política republicana de confinamento, implementada pelo Serviço de Proteção ao Índio, SPI. Seu objetivo é tratar do território indígena guarani antes das terras terem passado para o domínio português, com a criação da província do Mato Grosso (1748) e ratificação dos limites pelo Tratado de Madri (1750). O recorte temporal pretende passar pelo início da colonização espanhola no Prata entre a fundação de Buenos Aires (1536) e o Tratado de Madri (1750). Os Guarani ocupavam, desde o século XVI, amplo território na bacia do rio da Prata, como vem bem documentado nas fontes coloniais e pesquisas arqueológicas, desde o período colonial, em terras sob a jurisdição das autoridades espanholas. Com a ratificação jurídica da posse destas terras sob o domínio lusitano, houve uma reconfiguração das fronteiras, com implicações sobre o modo de ser destas populações, confrontadas com novos estados nacionais em vias de consolidação, mediante o estabelecimento de núcleos como os fortes e presídios em Iguatemi e Miranda, erguidos em território tradicional Guarani.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira; Território Guarani; Rio da Prata.

ABSTRACT: This research investigates the history of the Guarani's territory, in southern of ancient Mato Grosso, inside the context of the republican politics of confinement implemented by the Brazilian state. Your objective is to analyze indigenous territory guarani before the earths have passed for the Portuguese domain, with the creation of the Province of Mato Grosso (1748) and its ratification by Madri's Treaty (1750). The temporal cutting embraces right from the start of the Spanish colonization in the Silver between Buenos Aires' Foundation (1536) and Madri's Treaty (1750). The Guarani occupied, since century XVI, wide territory in the River Plate basin, as it is documented in colonial sources and archaeological researches, since the colonial period, in earths under the Spanish authorities jurisdiction. With the juridical ratification and ownership of your territory by the Portuguese, there was a change in the borders, with negative impact about the people Guarani, confronted with new national state in consolidation ways, by means of the villages establishment fortified in Iguatemi and Miranda, built in old territory Guarani.

KEYWORDS: Border; Guarani's Territory; River Plate.

INTRODUÇÃO

O conhecido mapa etno-histórico de Kurt Nimuendajú (1981) mostra a grande mancha amarela que identifica, graficamente, o território dos Guarani ao sul do paralelo 22, em terras não limitadas pelas atuais fronteiras do Brasil, Paraguai, Bolívia e outros estados. A proposta da pesquisa está centrada no estudo da configuração pré-republicana e pós-

¹ Doutorando em Educação na UFSCar, professor e pesquisador na Universidade Católica Dom Bosco, NEPPI, FUNDECT/MS, CNPQ.

² Mestre em História, pesquisadora na Universidade Católica Dom Bosco, NEPPI, CNPQ.

³ Historiador e pesquisador na Universidade Católica Dom Bosco, NEPPI, CNPQ.

republicana do território tradicional dos índios Guarani, no sul do então Estado de Mato Grosso, por frentes não-indígenas, entre 1748 e 1910.

Os Guarani contatados desde 1505 (MELIÀ, 2008), constituíam, no período colonial, diversos grupos dialetais e culturais, que formavam, contudo, uma grande unidade a ponto de os primeiros conquistadores os denominarem a todos de Guarani (não se trata, portanto de autodenominação). Em decorrência do processo de instalação das fronteiras nacionais, atualmente, os Guarani encontram-se fragmentados entre Guarani do Brasil, do Paraguai, da Bolívia, da Argentina, etc. o que mostra o impacto que as fronteiras estatais externas tiveram sobre esta sociedade ao longo do tempo. O caso clássico é a divisão entre os Kaiowá, no Brasil, e os *Pãi-Tavyterã*, no Paraguai. Este fenômeno merece ser estudado numa perspectiva cronológica mais dilatada, que não se restrinja somente ao período republicano, mas que remeta à criação e consolidação dos estados nacionais latino-americanos na Bacia do Prata.

A assim denominada região do Prata, no período colonial e pós-colonial, sempre foi um espaço de fortes conflitos territoriais, tendo de um lado, primeiramente, entre as Coroas Portuguesa e Espanhola e, num segundo momento, a partir de 1810, os países resultantes dos processos de autonomia e constituição dos Estados Nacionais na América. Um marco político importante na definição das fronteiras regionais é constituído pelo Tratado de Madri, de 1750, orientado, especialmente, pelo critério de “fronteiras naturais”, seguindo rios e montanhas (MARTIN, 1992, p. 83), ignorando, portanto, as fronteiras do território tradicional guarani. Firma-se, no século XVIII, o princípio jurídico do “*uti possidetis*”, adquirindo importância cada vez maior a política de “fronteiras vivas”. O que a maior parte dos pesquisadores não percebeu ou ignorou é que a região constituía-se no território tradicional dos diversos sub-grupos guarani, que foram diretamente atingidos pelas ingerências coloniais e estatais que seguem até o período recente.

Esta investigação tem tratado das relações entre as diferentes frentes de expansão (ver MARTIN, 1975, p. 41), que adentram no território indígena, na então província de Mato Grosso, com especial atenção nos conflitos territoriais decorrentes dessa ocupação. Trata-se de um tema pouco investigado na literatura e que tem ganhado relevância no contexto do MERCOSUL, considerando, especialmente, os cerca de 300.000 indígenas falantes da língua Guarani, espalhados nos diversos países que compõem este mercado comum. Aproximadamente 17% desta população reside e transita no atual Mato Grosso do Sul.

Os Guarani sempre foram marcados ou demarcados pelo estado. Esta demarcação não ocorreu somente no período republicano. Porém, como uma sociedade sem Estado ou até

contra o Estado (ver CLASTRES, apud MELIÁ, 2008), os Guarani, assim como o fizeram no período colonial, seguem até o presente resistindo esses enquadramentos.

O projeto pretende contribuir para ampliar a compreensão histórica dos processos de definição e demarcação das terras reservadas aos Guarani. A documentação do SPI atesta a interferência direta de pretensos “donos” das terras, ainda legalmente devolutas. Há uma vasta documentação do SPI e nos arquivos públicos e cartórios relativos às demandas fundiárias, ainda não suficientemente pesquisada e há uma lacuna no conhecimento desse tema. A realização da pesquisa aqui proposta pretende contribuir com a melhor compreensão das questões fundiárias atualmente vivenciadas pelos Kaiowá e Guarani.

O TERRITÓRIO GUARANI E A SUA HISTORICIDADE

O objetivo desta pesquisa é investigar o contexto de ocupação do território de ocupação tradicional dos Guarani no período que vai desde a fundação de Buenos Aires, em 1536 até a consolidação política das fronteiras portuguesa e espanhola em 1750, tratado de Madri, buscando desvendar interesses políticos públicos em jogo, conflitos, trocas e negociações, envolvendo os Guarani e as frentes de ocupação que adentram no território indígena e que se traduziram em redefinição de limites e em apropriação de terras, consideradas inabitadas pelos novos chegantes não-indígenas.

Numa primeira aproximação, o território Guarani, tradicionalmente identificado nos viajantes e cronistas, inclui a região do nordeste argentino, juntamente com Paraguai, Uruguai, Bolívia (MAPA 01) e Brasil. As representações documentais do espaço geográfico e informações cartográficas tratadas comparativamente são essenciais para entender a dinâmica histórica do território Guarani.

Este território físico inclui três ambientes morfogenéticos distintos: serras subandinas e pampeanas, a grande bacia sedimentária conhecida como *Gran Chaco* e o maciço brasileiro (MAEDER, 2001).

Evidentemente que o povoamento de um território visto de uma perspectiva cronológica tão dilatada como a proposta desta pesquisa deve considerar as diferenças de região e periodizá-las. Por exemplo, a região mais baixa, até 100 m altitude, a leste da linha Paraguai-Paraná marca os limites dos assentamentos surgidos dos séculos XVII ao XIX, assim como na cercania da lagoa dos patos e vale do Jacuí a oeste, sobre a planície chaquenha. Nesta região, o inóspito meio ambiente e a belicosidade das tribos nativas, retardaram o processo de instalação dos conquistadores, transformados em pioneiros e colonos, mas não a impede. (MAEDER, 2001)

Tratar o território Guarani desde uma cronologia extensa é uma necessidade tendo em vista a relação destas populações com o espaço.

Na opinião de Antônio Brand (1997, p. 128-129) a mobilidade dentro do território ocorre por desentendimentos internos ao tekohá (aldeia), práticas de feitiços ou excessos de mortes de parentes, ou desgaste da terra e esgotamento dos recursos naturais e das condições de subsistência, isso é destacado por diversos autores, Meliá, Nimuendaju, Viveiros de Castro.

O *oguada* (caminhar, peregrinar, característica fundamental da territorialidade guarani) dentro do território, toda vez que determinadas condições tornavam indesejáveis a permanência naquele local, sob a ótica do bom modo-de-ser Kaiowá e Guarani, ou seja, em casos de mal estar, ou doença da terra, o recurso tradicional parece ter sido a migração. Esta característica cultural explica a grande dispersão geográfica Guarani no presente.

A colonização da América e a territorialização do colono europeu implicou, de outro lado, na desterritorialidade dos Guarani, produto da globalização, ou seja, o início da globalização se dá com as grandes navegações no século XVI e XVII. O encontro do velho com o novo mundo que também era velho, do conquistador com o conquistado, desenraizou as coisas e o desenraizamento é a mais perigosa doença das sociedades humanas e tem dois comportamentos possíveis: inércia quase equivalente à morte ou se lançam numa atividade que tende a desenraizar, muitas vezes por métodos violentíssimos, os que ainda estão enraizados, essa pode ser uma hipótese para a situação atual dos Guarani, e que tem a sua gênese nesse período colonial.

De acordo com Vilar (1987), o território é uma parcela geográfica que serve de habitat a um grupo ou indivíduo. Território guarani colonial é a região onde moravam os índios Guarani mencionados nas relações de cronistas e viajantes. É um espaço apropriado pela intencionalidade, este tem um limite que é chamado de fronteira e se caracteriza com base em elementos concretos, ou seja, uma árvore, um monte de pedras ou a margem de um rio, no império romano existiam os *términos*, que eram um monte de pedras que marcavam o limite de seus domínios. Ainda no presente, é possível identificar a presença Guarani na região do Prata pela toponímia de uma região tão vasta que vai da região de Buenos Aires até trechos da Cordilheira dos Andes.

O território além de espaço geográfico se caracteriza como espaço de alimentação e espaço de religiosidade, por isso a consolidação da presença dos novos entrantes nas terras não indígenas tem impacto direto sobre a sobrevivência cultural e religiosa dos índios. Caracterizar o território como espaço de alimento inclui o usufruto dos recursos naturais pelo

grupo, o segundo pelo caráter sagrado que recebe – este é um fato capital na psicologia da cultura -, o território é a terra dos pais, liga-se com patrimônio, lugar que guarda seus corpos e suas almas, é a pátria dos antepassados míticos, local de intensa relação com o sobrenatural. As relações de poder entre as pessoas e entre elas e a natureza transformam o território e determinam a organização e funcionamento do grupo social ali inserido.

A História dos índios no Brasil, tal como proposta por John Manuel Monteiro (2007), precisa ser escrita na perspectiva histórica dos índios. Este trocadilho não é apenas lingüístico ou retórico. Tal intento depende muito mais de numa mudança na escrita histórica e leitura das fontes do que na descoberta de novas fontes empíricas. Trata-se de uma “releitura cuidadosa”, que considere como fontes históricas os relatos etnológicos. Por leitura cuidadosa entende-se aqui um tratamento dos documentos para além da perspectiva que não se limita somente ao positivista, sem desconsiderar a importância do tradicional método de crítica interna e externa dos documentos, relevante para uma pesquisa histórica desde que depurados de seus aspectos mais ideológicos.

Leitura cuidadosa (POMPA, 2003) não significa uma análise tão ortodoxa que se reduza à abordagem economicista e positivista. Considera relevante, também, no caso da história indígena, avançar para além “visão dos vencidos” (positivista), “dos resistentes” (abordagem latino-americanista de influência economicista) em direção ao paradigma analítico da negociação (BHABHA, 1998), ou da tradução (POMPA, 2003). A escrita da história não pode ser monolítica, ou compreensiva para um lado só, como destacou o antropólogo John Monteiro (2007).

Esta linha de atualização da pesquisa histórica, comumente denominada de história indígena ou etno-história, pode ser expressa em termos de uma guinada epistemológica da história do índio para o índio na história, segundo expressão proposta por Cristina Pompa (2003).

A produção histórica referente aos Guarani, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, não seguiu rumo diferente da historiografia nacional, ou seja, o estudo dos Guarani passou pelo paradigma da conquista, da resistência e da pureza originária, resultado do muito influente indigenismo, surgido nas universidades de Cuzco (1920), no Peru, e Nacional Autônoma, do México (1950), seguindo a linha de raciocínio que toma a história como memória social, de Peter Burke (2005).

Uma abordagem da história dos índios que se pretenda inovadora, na opinião de Pompa (2003), precisa produzir um relato e realizar uma investigação que aborde as fontes como representações, ou relatos negociados, para não incorrer nas oposições binárias entre

vencidos e vencedores. Nesta linha, a lógica da conquista seria substituída pela lógica mestiça, entendida como “estratégia de mediação, adaptação e reformulação de identidades” (GRUZINSKI, 2001, p. 22).

As fontes que serão analisadas neste projeto não são, em sua maior parte, inéditas, mas serão objeto de novas inquirições. Uma das técnicas tradicionais de produção história é a análise do contexto de produção do relato histórico ou fonte, aquilo que a escola histórica metódica alemã chamou de crítica externa (REIS, 2004).

As fontes utilizadas para pesquisar a historicidade do território dos Guarani serão abordadas sob a ótica da interação entre relator e relatado, imersos num processo no qual se relacionaram tanto luso-brasileiros (João Henrique Elliot, Teotonio Jose Juzarte, Barão de Antonina) quanto os Guarani. Assim, nem os primeiros seriam puros europeus originais, muito menos os Guarani, cuja denominação resulta desse contato, a partir de 1505, no Prata.

Seguindo na linha da caracterização de uma pesquisa em história indígena, há que se ter em mente que, a compreensão histórica da dinâmica territorial guarani da região que se pretende abordar não pode ficar restrita a um recorte cronológico muito fechado, sob risco de cair no anacronismo e não ser possível uma análise comparativa. De acordo com a historiografia colonial clássica, parte dos índios Guarani que se estabeleceram no território tradicionalmente identificado como Guarani, no século XVI, seria remanescente da expedição do náufrago português Aleixo Garcia às fronteiras do império inca, *tahuantinsuyu*⁴, que estava acompanhado de inúmeros índios Guarani. Mais recentemente, a historiografia tem posto em dúvida a existência deste oportuno representante lusitano nestas terras antes dos espanhóis. De todo modo, a presença pré-colonial indígena guarani segue incontestemente. Deste modo, durante o período estudado, a sociedade guarani, no Itatim, era marcada por uma dinâmica comercial e demográfica cujo processo histórico não foi interrompido, mas modificado tendo em vista o impacto da colonização e da catequese (NORDENSKIOLD, 1917).

Já no século XVII, os relatos e mapas do jesuíta Diego Ferrer (CORTESÃO, 1952) indica localidades relacionadas à “invasão Guarani do Império Inca”, ocorrida cerca de 1522. Além do Itatim, o mapa atesta a ligação entre os índios desta região e os demais guarani, que se deslocaram para a fronteira inca, em intenso fluxo migratório, desde o século XV, antes do

⁴ Da língua Quechua, terra das quatro partes.

início da conquista espanhola, precedida, em pelo menos uma década, por Garcia e os Guarani *itatines*⁵.

É preciso destacar que a conquista dos Guarani coloniais foi precedida da conquista jurídica de seus territórios e, posteriormente, foi consolidada com o estabelecimento de povoados instáveis, como o de Santiago de Xerez⁶, até a chegada dos missionários que contribuíram, mediante a catequese, para o sucesso dos conquistadores.

O Itatim, território tradicional no qual se falava a língua guarani, não era uma das mais promissoras províncias do Paraguai colonial, devido aos ataques bandeirantes e destruição das reduções e cidades. Sobre a região são muitas as notícias enviadas aos representantes do rei na Real Audiência de Charcas⁷, dando conta de que havia metais preciosos, porém, as minas nunca foram encontradas. O verdadeiro ouro era a força de trabalho dos Guarani e depois as suas terras. Eram mitos que serviam de combustível ao imaginário da conquista real das terras pelos aventureiros. Era uma rota que ligava as cidades espanholas da Província do Guairá, como Vila Rica a Assunção e a *Santa Cruz de La Sierra*, atual Bolívia, mais ao norte. A região era estratégica, como entreposto de parada para a navegação pelo rio Paraguai e, também, como ponto de apoio às expedições por terra até o Guairá.

Para os Guarani, Terra é natureza, mas território é cultura, natureza humanizada. Para a cultura guarani, a noção de terra confunde-se com *tekoha*, aldeia, lugar de ser, de viver. O modelo Guarani de propriedade é distinto daquele português e espanhol para o qual a terra é um misto de distinção honorífica e fonte de riqueza num sistema capitalista ainda em construção e parcialmente transportado nas caravelas para a América.

Em 1633, o já citado jesuíta Diego Ferrer, superior das Missões do Itatim, em carta ânua ao Provincial sobre a geografia e etnografia da região, assim define o Itatim:

*Nuestro Itati tiene de parte del Oriente a la dicha cordillera, al Poniente tiene al río Paraguay, de la parte del Norte tiene al río Butetey [Miranda] que entre en el Paraguay que esta cuajado de muichissimos gualachos labradores de que hablaremos despues, y hazia el sur tiene los pueblos que corren hazia la Assumpcion. Su altura o elevación de polo sobre el Horizontes es de diez e nueve grados hasta veynte e dos grados y medio hazia el sur. (...) esta tierra del Itati es muy fragosa y por esto se llama Itaati que quiere dezir piedras con puntas por los muchos pedregales que ay en ellas.*⁸

⁵ Parcialidade guarani colonial, utilizada por Ferrer (1633), gerada a partir do contato com os primeiros conquistadores.

⁶ Atual Mato Grosso do sul.

⁷ Hoje cidade de Sucre, Bolívia.

⁸ CORTESÃO, J. Jesuítas e Bandeirantes no Itatim, p. 29-30.

Segundo o jesuíta Diego Ferrer, o território habitado pelos Itatim compreendia a região entre os limites naturais: a leste, a Serra de Amambai e a oeste, o rio Paraguai; ao sul, o rio Apa⁹ e ao norte o rio Taquari, sudoeste do Mato Grosso, portanto.¹⁰

Há que acrescentar que as fronteiras podem ser compreendidas em dois âmbitos: um visível e outro invisível. Uma das primeiras fronteiras internas impostas aos nativos, designados a partir de 1505, como Guarani, foi a classificação de *itatines*, ou seja, habitante do Itatim. Assim, desde o período colonial é comum a criação de divisões internas nas comunidades indígenas levadas para lá a partir do entorno não-indígena. Esta é uma característica de longa duração na relação entre os Guarani e os estados nacionais na região do Prata. A instalação das missões religiosas entre os Guarani foi outro momento de territorialização nos moldes europeus e desenraizamento da cultura Guarani mediante a imposição da escola e da catequese aos moradores dos *pueblos* missionários.

A área que corresponde hoje ao território do Mato Grosso do Sul, onde vivem mais de 50.000 índios guarani, 17% por cento do total dessa etnia, foi efetivamente povoada pelos portugueses quando os fortes militares usados na guerra do Paraguai (1864-1870) transformaram-se, após o conflito, em núcleos urbanos, como Dourados, Miranda e Coxim. Até 1978, a história do Mato Grosso do Sul se confunde politicamente com a do Mato Grosso. Por isso relatos posteriores à criação da província e seu suposto desmembramento de São Paulo, como querem fazer acreditar os neo-bandeirantes, é essencial para traçar a historicidade da terra Guarani.

Nas narrativas clássicas da História do Brasil, os índios aparecem como figurantes quase que unicamente nos primeiros capítulos. Acredita-se que este papel secundário na história deve-se à posição econômica inferior na divisão do trabalho no Prata e nos atuais estados nacionais. Há que se avançar, também, na construção da historicidade dos índios contemporâneos e na ligação destes índios vivos com os índios etnológicos do passado, tendo em vista que toda pergunta lançada ao passado e às fontes de acesso a este tempo são dirigidas desde o presente, como esclarece Almeida (2001, p. 17). Fato notório é que no presente a história dos índios segue estereotipada, carregada de preconceitos, que procedem de representações originadas na época colonial, atualmente compartilhadas pelos donos do poder. A constatação desta situação confere relevância a esta proposta no que se refere aos índios Guarani e seus territórios, uma vez que estas representações estereotipadas são base para negar-lhes direitos fundamentais no presente.

⁹ O rio Apa era conhecido também como rio Guaviañó. Cf. SUSNIK, B. Etnografia Paraguaya, p. 112.

¹⁰ Cf. CORTESÃO, J. Jesuítas e Bandeirantes no Itatim, p. 30.

Como se trata de uma pesquisa ainda na fase inicial, é preciso discutir o encaminhamento metodológico que deve ser percorrido. Inicialmente, terão que ser pesquisados e analisados os fatos que fazem parte da ocupação “visível” da região (BRUIT, 1995), as diversas frentes de ocupação e a relação que estabelecem com os Guarani. Mas, será necessário investigar, também, o que Bruit (1992 e 1995) denomina de “processo invisível”, ou “história invisível”, que perpassa a “história visível” do relacionamento que se estabelece no território indígena com a chegada dos colonizadores, ou seja, os processos de interação, negociação e troca desencadeados, pois, segundo Bruit (1992, p. 79), “mesmo conquistados e colonizados, os índios não perderam sua condição de agentes sociais ativos”.

Esta invisibilidade, destacada por Bruit (1995), adquire maior relevância se considerarmos que ela inclui, nesse caso, as pessoas que exerceram atividades manuais nas periferias das administrações centrais, como é o caso dos índios guarani, os assim denominados “negros da terra” (MONTEIRO, 1999). Esses “negros da terra”, também, não percebidos pela historiografia regional, constituíam-se em importante mão-de-obra na construção de infra-estrutura, transporte de pessoas e de alimentos, defesa e todo trabalho que houvesse. O êxito das frentes de ocupação não-indígena e sua prosperidade na região só podem ser explicados a partir da constatação do papel das populações indígenas como trabalhadores compulsoriamente engajados pelos provedores de mão-de-obra: bandeirantes, missionários, militares, colonizadores, entre outros. A atuação dos indígenas nesse processo de ocupação regional segue até o presente invisível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- BRAND, Antonio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani**: os difíceis caminhos da palavra. Porto Alegre, 1997. Tese PUC RS p. 382.
- BRUIT, Hector Hernán. **Bartolomé de las casas e a simulação dos vencidos**. São Paulo: LUMINURAS Ltda, 1995.
- BRUIT, Hector Hernán. **O visível e o invisível na conquista Hispânica da América**. In: América em tempo de conquista. Ronaldo Vainfas (org). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e Bandeirantes no Itatim**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.
- FLOWERAKER, Joe. **A luta pela terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LIMA, Antonio Carlos Souza. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAEDER, E. J. A.; GUTIERREZ, R. *Atlas Histórico del Nordeste Argentino*. Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistóricas, 2001.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTIN, Coy. Desenvolvimento regional na periferia Amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma Região de “Fronteiras”: O caso de Rondônia. In: **Fronteiras**. Catherine Aubertin (org). Brasília: UnB, 1988.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MONTEIRO, J. M. Os Guarani e a história do Brasil meridional séculos XVI-XVII. In: **História dos Índios no Brasil**. Manuela Carneiro (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MONTEIRO, John M. **Os Índios na História do Brasil**: informações, estudos e imagens. Disponível em www.ifich.unicamp.br/ihb Acesso em 17/11/2007.

NIMUENDAJÚ, Kurt Unkel. **Mapa Etno-Histórico**. Brasília: IBGE, 1981.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

REIS, José Carlos dos. **A História entre a Ciência e a Filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUSA, Neimar Machado de. **A Redução de Nossa Senhora da Fé no Itatim**: entre a cruz e a espada. Campo Grande: UCDB, 2003.

VILAR, Afonso Alvarez. Território. In SILVA, Benedito. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.